



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ OUTUBRO

NOVEMBRO 2022

ÍNDICE

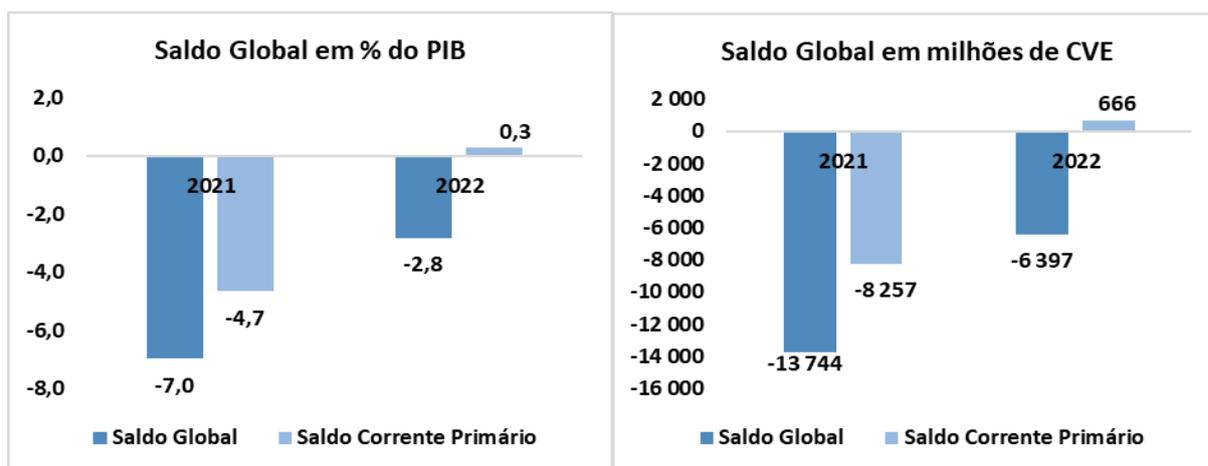
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	2
2.	Análise das Receitas Totais	4
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	5
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Projetos em Resposta à Covid-19	15
5.	Dívida Pública	17

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global acumulado de janeiro a outubro de 2022 regista um montante de 6.397,0 milhões de CVE, traduzindo-se num défice de 2,8% do PIB¹. Esse resultado assinala uma redução de 4,1 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 5,0 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,3%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra na Ucrânia e algum efeito do risco cambial. Isto, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em outubro de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 31,7% (+10.198,0 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 7,9% (+3.359,1 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebased* do PIB, base 2015.

o pessoal, Juros correntes, outras despesas, subsídios, aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e

- o do decréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 15,8% (- 508,1 milhões de CVE), justificado, em grande parte, pela diminuição de compras e vendas dos ativos financeiros relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022			Grau OI	Exec. Rep.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Out	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Out			
1. Total Receitas	52 520	32 149	58 196	54 270	42 346,9	72,8	78,0	31,7
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 269	30 887	54 215	50 288	40 914	75,5	81,4	32,5
Impostos	35 303	26 821	41 184	38 215	35 788	86,9	93,6	33,4
Segurança Social	71	59	71	71	61	86,0	86,0	3,9
Transferências (donativos)	5 250	1 262	3 982	3 982	1 433	36,0	36,0	13,5
Corrente	3 877	1 169	2 820	2 820	1 089	38,6	38,6	-6,9
Capital	1 373	93	1 162	1 162	344	29,6	29,6	267,8
Outras Receitas	11 896	4 007	12 960	12 002	5 066	39,1	42,2	26,4
2. Total Despesas	63 473	42 672	62 112	60 638	46 031	74,1	75,9	7,9
Despesas com Pessoal	24 480	17 577	24 326	23 262	18 185	74,8	78,2	3,5
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	6 857	12 390	11 296	7 525	60,7	66,6	9,7
Juros Correntes	4 485	3 529	5 541	5 805	4 409	79,6	76,0	25,0
Subsídios	1 116	795	1 008	1 409	1 498	148,6	106,3	88,4
Transferências	7 847	4 433	6 663	6 097	4 334	65,0	71,1	-2,2
Corrente	7 277	4 357	6 097	6 097	4 050	66,4	66,4	-7,0
Capital	570	76	566	566	284	50,3	50,3	272,1
Benefícios Sociais	9 179	7 673	8 316	8 901	7 215	86,8	81,1	-6,0
Outras despesas correntes	4 075	1 185	3 868	3 868	2 126	55,0	55,0	79,4
Valor a regularizar		623	0	0	739	-	-	18,5
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-10 523	-3 916	-6 369	-3 684	94,1	57,9	-65,0
4. Ativos não Financeiros	9 863	3 221	10 217	7 186	2 713	26,6	37,8	-15,8
Compra ativos não financeiros	11 353	3 764	10 625	7 834	3 145	29,6	40,1	-16,4
Venda ativos não financeiros	1 490	543	408	648	432	106,0	66,7	-20,4
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-13 744	-14 134	-13 555	-6 397	45,3	47,2	-53,5
Saldo global (em percentagem do PIB)	-10,6	-7,0	-6,3	-6,0	-2,8	-	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-8 257	1 029	-1 160	666	-	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIE)	-3,7	-4,7	0,5	-0,5	0,3	-	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-10 215	-8 592	-7 750	-1 988	-	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-8,3	-5,2	-3,8	-3,4	-0,9	-	-	-
6. Financiamento	20 816	13 579	14 134	13 555	5 447	-	-	-
6.1 Ativos Financeiros	934	1 796	-4 363	-1 455	-184	-	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	2 280	120	120	152	-	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-1 000	-2 513	-2 910	-977	-	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-674	-2 651	-2 151	-2 305	-	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958	1 190	681	3 486	2 946	-	-	-
6.2 Passivos Financeiros	19 882	11 784	18 497	15 010	5 631	-	-	-
Interno líquido	5 402	10 690	11 412	7 501	7 635	-	-	-
Sistema bancário		8 810			8 579	-	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações L	-185	-118	-185		-103	-	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesou		267			403	-	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em		-2 184			-763	-	-	-
Outras operações de tesouraria		-70			-2 841	-	-	-
Sistema não bancário		3 985			2 360	-	-	-
Externo líquido	14 481	1 094	7 085	7 509	-2 004	-	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	4 606	16 089	16 672	4 462	-	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-3 512	-9 005	-9 163	-6 466	-	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-165	0	0	-950	-	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até outubro de 2022 cifraram-se em 42.779,0 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 30,9%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022			Grau Exec.		Tax. Hom
	Orç. Ret.	Out	Orç. Inicial	Orc. Reprog	Out	OI	Rep.	
Impostos	35 303	26 821	41 184	38 215	35 788	86,9	93,6	33,4
Imposto único sobre rendimentos	9 271	7 016	11 230	9 317	7 646	68,1	82,1	9,0
IR-PS	6 026	4 719	6 799	6 232	5 127	75,4	82,3	8,6
IR-PC	3 244	2 298	4 431	3 084	2 519	56,8	81,7	9,6
Outros impostos directos	595	325	649	-	445	68,5	-	37,0
Tributo Especial Unificado - TEU	570	324	617	-	444	71,9	-	37,0
Taxa de Incêndio	25	0	31	-	1	1,9	-	32,5
Imposto sobre bens e serviços	17 269	12 749	20 129	18 799	18 863	93,7	100,3	48,0
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	10 248	15 826	14 847	14 621	92,4	98,5	42,7
IVA DGA	7 425	6 504	8 934	8 738	8 871	99,3	101,5	36,4
IVA DGCI	6 585	3 744	6 892	6 109	5 751	83,4	94,1	53,6
Imposto consumo especial	1 955	1 512	2 477	-	2 573	103,9	-	70,2
Taxa de Tabaco	133	152	323	-	289	89,7	-	90,8
Contribuição turística	248	73	475	-	582	122,7	-	693,1
Taxa ecológica	674	535	728	-	569	78,1	-	6,5
Taxa estatística aduaneira	250	230	300	-	228	76,2	-	-0,5
Impostos sobre transações internacionais	7 471	6 178	8 407	8 973	8 164	97,1	91,0	32,2
Direitos de importação	7 154	5 916	8 067	-	7 813	96,9	-	32,1
Taxa comunitaria CEDEAO	317	262	340	-	351	103,3	-	34,1
Outros impostos	697	553	769	727	670	87,1	92,1	21,1
Imposto de selo	664	531	719	-	622	86,5	-	17,1
Imposto especial sobre jogos	33	22	50	-	47,7	96,1	-	119,3
Segurança Social	71	59	71	71	61	86,0	86,0	3,9
Taxa social única	0	0	71	71	0	0,1	0,1	121
Contribuições para a segurança social	71	58	0	0	60	-	-	3,9
Outras Contribuições	0	0	0	0	0	-	-	-2,1
Transferências	5 250	1 262	3 982	3 982	1 433	36,0	36,0	13,5
De Governos Estrangeiros	4 525	451	3 378	-	772	22,9	-	71,0
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	-	221	26,7	-	-
Ajuda Alimentar	321	68	300	-	121	40,2	-	77,8
Donativos directos	3 175	384	2 253	-	423	18,8	-	10,2
De Organizações Internacionais	218	445	80	-	352	439,7	-	-20,9
Das Administrações Públicas	508	366	523	-	309	59,0	-	-15,6
Outras Receitas	11 896	4 007	12 960	12 002	5 066	39,1	42,2	26,4
Rendimentos de propriedade	4 922	747	5 444	5 218	315	5,8	6,0	-57,9
Venda de bens e serviços	5 663	3 341	5 957	5 212	4 302	72,2	82,5	28,8
Multas e outras penalidades	212	134	342	357	194	56,7	54,2	44,8
Outras transferências	314	32	337	-	82	24,3	-	154,1
Outras receitas diversas e não especificadas	785	134	880	1 215	173	19,7	14,2	28,7
Receitas	52 520	32 149	58 196	54 270	42 347	72,8	78,0	31,7
Ativos e Passivos	1 490	543	408	648	432	106,0	66,7	-20,4
Ativos não Financeiros	1 490	543	408	648	432	106,0	66,7	-20,4
TOTAL RECEITAS	54 010	32 692	58 604	54 918	42 779	73,0	77,9	30,9

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até outubro de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 42.346,9 milhões de CVE, registando um acréscimo de 31,7%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (10,2%), dos impostos indiretos (+42,2%), segurança social (+3,9%) e outras receitas (+26,4%) e dos donativos recebidos (+13,5%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 10,2% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 5.126,9 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 408,1 milhões de CVE (+8,6%). O acréscimo registado em sede do IRPS é resultante da evolução positiva de todas as categorias que compõem esta rúbrica, assim distribuídos: Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente e pensões (+94 milhões de CVE); Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais (+201 milhões de CVE); Categoria C – Rendimentos prediais (+23 milhões de CVE); Categoria D – Rendimentos de capitais (+53 milhões de CVE) e Categoria E – Ganhos patrimoniais (+37 milhões de CVE). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete, ainda, o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu no período, cerca de 49 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.518,7 milhões de CVE, dos quais, 1.274 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 1.245 milhões de CVE do pagamento fracionado, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 221,0 milhões de CVE (+9,6%), e abaixo da previsão, em 1.222 milhões de CVE (-32,7%). O desvio negativo em termos previsionais reflete, por um lado, a não cobrança do montante previsto para o mês de maio com a entrega das contas, cujo remanescente ainda por cobrar ascende 333 milhões de CVE, e por outro, a expectativa de cobrança projetada para o ano. É de realçar, que a cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto totalizou, no período, 359 milhões de CVE.

Importa salientar ainda, que o montante cobrando, no período, correspondeu ao pagamento de 1.525 contribuintes, dos quais, 1.016 com variações positivas, 484 com variações negativas e 2 com variações nulas quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e que 66,7% do montante cobrado concentraram em 50 contribuintes.

No período, a média mensal de cobrança do imposto ficou pelos 252 milhões de CVE, valor ainda, aquém dos registados antes da pandemia (450 milhões de CVE).

- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 444,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 119,9 milhões de CVE (+37,0%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento das atividades económicas e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 33 milhões de CVE. Em relação a previsão, a execução ficou abaixo do previsto em 75 milhões de CVE (-14,5%).
- A Taxa de incêndio registou uma arrecadação 0,6 milhões de CVE, um acréscimo de 32,5% (+0,1 milhões de CVE) quando comparado ao mesmo período de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 42,2% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 14.621,2 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 4.373,3 milhões de CVE (+42,7%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 36,4% (+2.366,4 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 53,6% (+2.006,9 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor de construção civil e da administração pública, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de alojamento e restauração (+1.038 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+238 milhões de CVE), de transporte e armazenagem (+171 milhões de CVE), de informação e comunicação (+128 milhões de CVE), das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+128 milhões de CVE) e da indústria transformadora (+125 milhões de CVE).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 53 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.904 em 2021 para 1.659 em 2022. Dos contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto no período (1.904), 1.364 apresentaram variações positivas, cujo montante ascendeu 2.697 milhões de CVE; 535 com variações negativas no montante de 690 milhões de CVE e 5 com variações nulas, face ao mesmo período do ano passado, sendo 50 responsáveis por mais de 63,7% do total da receita cobrada em sede deste imposto.

No período, o IVA registou uma média mensal de cobrança de 575 milhões de CVE, pelo que não obstante o crescimento considerável verificado, ainda não atingiu a média de cobrança dos dois anos anteriores a pandemia, cuja média mensal fixou em 700 milhões de CVE.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 582,3 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 508,9 milhões de CVE, representando um aumento exponencial face ao montante cobrado no mesmo período de 2021, o que demonstra a retoma gradual da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 32,2% (+1.986,7 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 32,1% (+1.897,3 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, mas também pelo agravamento de taxas, e na Taxa Comunitária CEDEAO de 34,1% (+89,4 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 17,1% (+90,6 milhões de CVE). Este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 47,7 milhões de CVE, registado um aumento de 25,9 milhões de CVE. Esta evolução positiva reflete a retoma da atividade turística, por este ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 289,3 milhões de CVE correspondente a um aumento de 137,7 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 228,5 milhões de CVE e um ligeiro decréscimo de 1,2 milhões de CVE, em relação ao mesmo período de 2021.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.432,6 milhões de CVE, traduzindo-se num de acréscimo de 13,5% (+170,3 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em 71,0% (+ 320,5 milhões de CVE), no tocante aos donativos cuja execução no período atingiu os 422,6 milhões de CVE conjugado com a diminuição das transferências de organizações internacionais de 20,9% (-93,0 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 26,4% (+1.058,9 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Rendimentos de propriedade (-57,9%; -432,3 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+28,8%; 961,7 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de secretaria, de passaportes, de serviços médico – hospitalar, segurança aeroportuárias, dos emolumentos e custas dos registos e notariado, dos portos e capitánias bem como serviços de polícia e fronteira;
- Outras transferências (+154,1%; +49,7 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em outubro de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 20,4% (-110,9 milhões de CVE) comparativamente a outubro de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda imóveis e edifícios.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em outubro de 2022, atingiram os 49.176,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,9% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022			Grau Exec. OI	Exec. Rep.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Out	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Out			
Despesas com Pessoal	24 480	17 577	24 326	23 262	18 185	74,8	78,2	3,5
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	16 633	22 206	-	16 527	74,4	-	-0,6
Segurança Social	2 098	944	2 120	-	1 657	78,2	-	75,6
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	6 857	12 390	11 296	7 525	60,7	66,6	9,7
Juros Correntes	4 485	3 529	5 541	5 805	4 409	79,6	76,0	25,0
Dívida interna	3 343	2 699	3 413	3 646	2 775	81,3	76,1	2,8
Dívida externa	1 044	807	2 052	2 063	1 598	77,9	77,4	98,1
Outros encargos	98	22	76	97	36	47,2	37,3	60,5
Subsídios	1 116	795	1 008	1 409	1 498	148,6	106,3	88,4
Transferências Correntes	7 847	4 433	6 663	6 097	4 334	65,0	71,1	-2,2
Governos Estrangeiros	1 188	81	504	-	121	23,9	-	48,5
Organismos Internacionais	465	65	472	-	17	3,6	-	-73,5
Administração Pública	6 194	4 287	5 687	-	4 196	73,8	-	-2,1
Benefícios Sociais	9 179	7 673	8 316	8 901	7 215	86,8	81,1	-6,0
Outras Despesas Correntes	4 075	1 185	3 868	3 868	2 126	55,0	55,0	79,4
Valor a regularizar	0	623	0	0	739	-	-	18,5
Despesas	63 473	42 672	62 112	60 639	46 031	74,1	75,9	7,9
Ativos e Passivos	11 353	3 764	10 625	7 834	3 145	29,6	40,1	-16,4
Ativos não Financeiros	11 353	3 764	10 625	7 834	3 145	29,6	40,1	-16,4
TOTAL DESPESAS	74 826	46 436	72 737	68 473	49 176	67,6	71,8	5,9

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.2. Despesas

A 30 de outubro de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 46.031,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,9% em relação ao executado de janeiro a outubro de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, subsídios (+88,4%), outras despesas (+79,4%), Juros correntes (+25,0%), aquisição de bens e serviços (+9,7%), despesa com o pessoal (+3,5%), conjugado com a diminuição de despesas em Benefícios Sociais (-6,0%) e transferências (-2,2%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 3,5% (+607,3 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
 - i. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021;
 - ii. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização; e
 - iii. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021.

- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 9,7% (+668,4 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+365,2 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; execução do projeto “Centro de Simulação Médica” no âmbito do contrato de aquisição de serviços para assistência técnica na criação do Centro Clínico Integrado de Simulação Biomédica de Cabo Verde ao Sector de saúde;
 - ii. “Deslocação e estadas” (+226,8 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Ministério da Saúde, Ministério das Finanças e do Fomento

- Empresarial, Ministério da Educação, Gabinete do Primeiro Ministro, Presidência da República e Ministério da Agricultura e ambiente;
- iii. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+114,4 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro); prestação de serviços pela equipa cubana ao sector de Saúde e prestação de serviço ao Ministério das Finanças e Fomento Empresarial no âmbito do serviço de avaliação de risco do país.
 - iv. “Produtos Alimentares” (+105,1 milhões de CVE) com realce ao sector de Defesa na confeção e reforço alimentares para militares, à Direção de Serviços Prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos e ao sector da Educação no âmbito de fornecimento de géneros alimentício às Cantinas Escolares, com destaque às medidas implementadas no âmbito da segurança alimentar;
 - v. “Formação” (+82,3 milhões de CVE), na sequência da retoma da ação de formação, suspensas em 2021 devido as restrições da covid-19, destacando o sector de Educação;
 - vi. “Outros Bens” (+87,1 milhões de CVE) com destaque aos sectores de Agricultura e Ambiente, Saúde, Industria, Comércio e Energia, Mar, Administração Interna, Finanças e do Fomento Empresarial e Educação em face ao aumento de preços;
 - vii. “Energia Elétrica” (+84,8 milhões de CVE) como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e aumento de preços, sendo essa execução com maior ênfase aos Ministérios de Saúde, Educação, Finanças e Fomento Empresarial, Administração Interna, Agricultura e Ambiente, Defesa Nacional e Assembleia Nacional, Justiça e Assuntos Parlamentares e da Presidência Conselho Ministro; e
 - viii. “Combustível e lubrificantes” (+72,0 milhões de CVE) com despesas mais significativos nos sectores da Administração Interna, de Saúde Defesa Nacional,

Agricultura e Ambiente, Justiça, Educação e Finanças e do Fomento Empresarial em face ao aumento de preços.

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 25,0% (+880,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 98,1% (+791,3 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 88,4% (+703,1 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho e da compensação financeira decorrente da aplicação do milho e da farinha fixados na resolução 60/21 de 31 de maio.
- Os “Benefícios Sociais” diminuíram 6,0% (-458,2 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 66,9% (-862,6 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 7,7% (+323,0 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 12,3% (+32,4 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 2,2% (-98,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido (i) à diminuição das transferências aos Municípios realizadas anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma

população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes; e à diminuição da execução das despesas no âmbito das quotas aos organismos internacionais em 74,0% (-48,1 milhões de CVE).

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um aumento de 79,4% (+941,2 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente (i) do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente, (ii) da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, (iii) do pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, e (iv) do pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em outubro, situou-se na ordem dos 739,0 milhões de CVE, dos quais 733,8 milhões de CVE é referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, mediante a apresentação dos balancetes periódicos daquelas entidades e 5,2 milhões de CVE referente às operações de tesouraria por regularizar.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 3.144,9 milhões de CVE, equivalente 29,6% do total do orçamento (40,1% face ao orçamento reprogramado) e registou uma variação negativa em termos absolutos, de 619,0 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 758,1 milhões de CVE; “Terminal de Cruzeiro” com 516,9 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 308,7 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 247,3 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 78,7 milhões de CVE; “Centro de Artesanato de São Vicente” com uma execução de 66,0 milhões de CVE; “Manutenção e aquisição de equipamentos no Hospital Central Agostinho Neto” com uma execução de 63,9 milhões de CVE; “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas”

com uma execução 52,5 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (POSER - Clima)” com uma execução de 52,4 milhões de CVE; “Eletrificação Rural” com uma execução de 46,4 milhões de CVE; “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 40,1 milhões de CVE; “Melhoria da Gestão de RSU” com uma execução de 35,6 milhões de CVE e “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” com uma execução de 31,8 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 92,7% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 7,3% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 1.015,1 milhões de CVE, equivalente a 28,4% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 178,5 milhões de CVE, as Nações Unidas com 152,8 milhões de CVE, o P.N.U.D com 98,9 milhões de CVE, *Global Environment Fund* com 92,6 milhões de CVE o Portugal com 71,8 milhões de CVE, a O.M.S com 66,3 milhões de CVE, a União Europeia com 62,3 milhões de CVE, a F.I.D.A com 59,8 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com 42,0 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos ascenderam, a 2.510,6 milhões de CVE, equivalente a 70,3% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 29 programas, com destaque a “Infraestruturação Modernas e Seguras” (943,6 milhões de CVE), a “Reforma de Estado” (559,8 milhões de CVE), ao “Terminal de Cruzeiros” (516,9 milhões de CVE); a “Educação de Excelência” (277,3 milhões de CVE), a “Garantia de Acesso ao Rendimento, á Educação, aos Cuidados e á Saúde” (234,4 milhões de CVE), a “Transformação da Agricultura” (139,9 milhões de CVE), e ao Desenvolvimento Integrado de Saúde” (84,1 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Outubro	Grau Exec.	Peso (%)
Interno	61 480	45 605	118,4	92,7
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	45 227	74,6	99,2
OFN	864	378	43,8	0,8
Externo	11 257	3 571	31,7	7,3
Donativo	2 444	1 015	41,5	28,4
Empréstimo	8 523	2 511	29,5	70,3
Ajuda alimentar	290	45	15,6	1,3
Total da Despesa	72 737	49 176	67,6	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à covid-19, até outubro de 2022, totalizaram 818,3 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 55,5%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	61,2	35,4	4,3%
Empréstimo	587,0	318,6	38,9%
Tesouro	827,3	464,3	56,7%
Total Geral	1 475,5	818,3	100,0%

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de outubro, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 56,7%, por empréstimo em 38,9% e por donativos em 4,3%.

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27,3	12,5	45,7
	Banco Mundial/Empréstimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20,1	0,0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total			47,4	12,5	26,3
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	184,4	84,1	45,6
	DONATIVOS INTERNOS/Empresas Públicas E Privadas	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid	8,7	0,0	0,0
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid	24,7	23,0	93,0
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	0,5	0,0	0,0
	Tesouro	Prevenção E Combate A Coronavírus	463,8	283,4	61,1
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28,2	4,6	16,3
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	2,1	6,9
Prevenção E Combate A Coronavírus		190,0	89,9	47,3	
07.00.07 - Saúde Total			930,4	487,1	52,4
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15,0	8,2	54,4
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			15,0	8,2	54,4
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27,1	23,9	88,3
07.00.09 - Educação Total			27,1	23,9	88,3
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	170,6	55,0	32,2
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	211,9	179,5	84,7
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	25,5	20,2	79,1
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	47,7	32,1	67,2
07.00.10 - Protecção social Total			455,7	286,7	62,9
Total Geral			1 475,5	818,3	55,5

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (378,0 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (266,5 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (84,1 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (23,9 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde no Combate à Covid19” (23,0 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (20,2 milhões de CVE).

5. Dívida Pública

Em 30 de outubro de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 295.867,5 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 92.759,6 milhões de CVE (41,1% do PIB) e à dívida externa 203.108,0 milhões de CVE (89,9% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 131,0%, cerca de 6,5 p.p. abaixo do registado em Outubro de 2021.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	outubro 21	outubro 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	270 726,4	295 867,5	9,3	137,5	131,0
Dívida Interna	83 186,1	92 759,6	11,5	42,3	41,1
Dívida Externa	187 540,4	203 108,0	8,3	95,3	89,9

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebaseding* do PIB.